
COMUNICAÇÃO E PODER

O presente artigo corresponde a um trabalho monográfico individual elaborado pela autora, na qualidade de Auditora do Curso de Defesa Nacional (CDN/95) e seleccionado para publicação na revista «Nação e Defesa».

Sumário:

- O reconhecimento do Poder da comunicação social;
- O fruto proibido;
- A guerra do futuro faz-se com a informação;
- Que limites para a informação?
- A comunicação social é o mais democrático dos poderes.

COMUNICAÇÃO E PODER

1. O RECONHECIMENTO DO PODER

Porque a instituição castrense, na severa objectividade que sempre pauta a sua conduta, nunca se demorou pelo supérfluo, apareceria como afrontoso, no termo de um Curso de Defesa Nacional, abordar o debate sobre se a Comunicação Social é ou não Poder. Sabemos todos que sim, que é Poder – quarto, segundo ou primeiro é discussão que pede meças à do sexo dos anjos.

Entendem que os jornalistas detêm poder, por exemplo, todos aqueles que frequentam este curso de auditores, colocados demasiadas vezes perante uma postura da parte de alguns altos representantes da instituição castrense que facilmente se identifica como uma tentativa de menorização do papel da Imprensa da Rádio e da Televisão na sociedade de que essa mesma instituição é parte. Mas, porque este trabalho não pretende, minimamente, invadir os domínios da psicanálise, fica-se, pela afirmação quase axiomática de que a Comunicação Social é Poder. Sem esquecer essa sabedoria das nações que se traduz em provérbios como o que nos recorda que «quem não deve não teme».

A questão estará, pois, em saber quem teme e porque teme...

Voltarei oportunamente, à questão do temor da verdade, que quero aqui recordar na perspectiva pessimista (realista?) de Jean-François Revel:

«Ouvem-se muitas vezes cidadãos de países democráticos louvarem um homem político pela sua astúcia, pela sua arte de seduzir a opinião e de enganar os rivais. É um pouco como se os clientes de um banco plebiscitassem o director pelos seus talentos de carteirista. A democracia não pode viver sem a verdade, o totalitarismo não pode viver sem a mentira. A democracia suicida-se se se deixar invadir pela mentira, o totalitarismo se se deixar invadir pela verdade» (1).

(1) Jean-François Revel, «O Conhecimento Inútil» -- Publicações Europa-América (Coleção Estudos e Documentos, n.º 252)

A Comunicação Social é poder. Desde quando? Atrever-me-ia a dizer que desde que surgiram os primeiros jornais.

Os que defendem que o primeiro jornal de que há testemunho foi o *King Kon*, que se publicou em Pequim no ano 896 antes de Cristo e de que ainda existem exemplares guardados no tempo de Confúcio, na capital da China, (tinha uma tiragem de 155 exemplares, um dos quais se destinava ao imperador) falam da sua influência junto do Poder, o mesmo acontecendo em relação às Acta Diurna, uma espécie de «Diário do Império» que registava todos os decretos da Roma Magnífica (nascido da necessidade de levar às legiões augustas notícias da capital imperial e de cimentar um território fruto das conquistas e que era, praticamente, todo o Mundo então conhecido pelo Oriente).

Pode falar-se de Poder também em relação ao *Ching Pao* (ano 700) e à *Gazeta de Pequim* (1350) que se publicaram igualmente na China; da mesma forma que seria interessante analisar a influência real da *Cópia do Novo Diário das Terras Desconhecidas*, que se leu pela primeira vez na Alemanha, em 1508. Não querendo relançar aqui a polémica sobre a publicação que é referida como a pioneira da imprensa periódica em Portugal, da responsabilidade do presbítero e doutor em Teologia Manuel Severim de Faria, que fundou a *Relação Universal do que sucedeu em Portugal e mais Províncias do Ocidente e Oriente* (com 52 páginas densas, publicou-se de 1625 a 1627), a verdade é que parece indesmentível que a sua influência foi além da informação pura que o próprio título pressupunha.

No entanto, o Poder que Rádio e Televisão herdaram recentemente nasce com a assumpção dos jornais da dupla função, cognitiva e pragmática, de porta-vozes e de produtores de uma força poderosa que se afirma na segunda metade do século XVII: a opinião pública. A propósito, cito Adriano Duarte Rodrigues:

«A partir da segunda metade do século XVIII, com o declínio do poder régio, fundamentado na vontade soberana, a opinião pública surge a pouco e pouco como uma instância fundamentada no saber: o soberano quer, o povo sabe. Por isso, os conflitos entre o rei e os nobres passam a ser derimidos pelo apelo à opinião pública como nova instância legítima indiscutível.

«Da figura do recurso à da sanção do Poder vai um passo. É, aliás, já esta segunda figura que está na origem do sistema eleitoral democrático, como origem e como sanção da legitimidade política» (2).

(2) Adriano Duarte Rodrigues: artigo publicado no «Diário de Lisboa» (Sete Ponto Sete), 6 de Junho de 1983

Comunicação como Poder, que o Poder, os outros poderes reconhecem publicamente...

Muitos foram os políticos que se aperceberam da importância real da Comunicação Social nos destinos das nações que dirigiram. Mas penso que Thomas Jefferson, o segundo presidente dos Estados Unidos da América, terá sido aquele que, mais radical e incondicionalmente, se pôs do lado do Jornalismo, atribuindo-lhe uma responsabilidade que esse mesmo Jornalismo, admitamo-lo, nem sempre terá honrado.

Dizia Jefferson, amiúde, que a Imprensa é o único sinal de alarme de uma Nação e, num discurso proferido em 1787, fez a seguinte declaração:

«Sendo a opinião pública a base do nosso Governo, o mais importante objectivo deve ser o de manter esse direito. E se me fosse dado decidir se deveríamos ter um Governo sem jornais ou jornais sem um Governo, eu não hesitaria um momento em escolher a última alternativa.»

Já antes Napoleão advertira que *«cinco gazetas hostis fazem um mal maior do que cem mil soldados inimigos no campo de batalha»*.

Mas, ao contrário do que deixa claramente entender a forma como são disputadas (e por vezes pagas) as colunas de opinião dos jornais, muitos foram os políticos que tiveram a argúcia de descobrir na notícia, na reportagem e na entrevista a verdadeira força da comunicação. Não na opinião.

Advertia Woodrow Wilson, outro presidente americano, que, em sua opinião *«uma grande parte dos negócios públicos depende dos jornalistas – não tanto dos editorialistas, mas sobretudo dos repórteres – porque a notícia é a atmosfera dos negócios políticos»*.

O mesmo sentir expressou Franklin Roosevelt quando, atacado pelos editorialistas, reuniu com os mais influentes, dizendo-lhes:

«Deixem-me fazer as notícias que, depois, vocês podem escrever todos os editoriais contra mim...»

Mais recentemente, dizia Giscard d'Estaing da sua experiência presidencial:

«Descobri que os meios de Comunicação Social são um Poder. Não o quarto Poder. O Poder e todo o Poder: hoje, 85% do que se sabe e do que se pensa vem nos media».

A Comunicação Social é Poder. Mas, como todos os poderes, vulnerável. Socorro-me de novo de Jean-François Revel:

«O papel de vigilante, de juiz e mesmo de inquisidor do Poder que a Imprensa se atribui, continuando salubre e necessária, constituiria segundo ela uma espécie de magistratura. Portanto, como todas as magistraturas, deve ser rodeada de garantias de competência e de imparcialidade. Ora, o «quarto poder» ou o «contrapoder» não passa de um poder de facto. Não possui substância constitucional, a não ser a que deriva do direito de qualquer cidadão de dizer e de escrever o que quer. Ao passo que os outros poderes, o judiciário e o legislativo, são eles mesmos poderes, recrutam os seus membros segundo critérios de representatividade ou de competência e moralidade definidos pela Constituição, pelas leis e pelos regulamentos, nada disso condiciona o emprego dos jornalistas» (3).

2. O FRUTO PROIBIDO

Mas será a vulnerabilidade do jornalismo (e portanto dos jornalistas) razão necessária e suficiente para que, nos sectores naturalmente mais fiscalizados pela comunicação social, proliferem os detractores da Imprensa, seja ela a escrita ou a audiovisual? Que atirem a primeira pedra os membros de uma profissão sem pecados paralelos ao da falta de preparação cultural ou técnica... ou ao da manipulação.

Mais fácil do que uma análise (porque não introspectiva) é a rotulagem dos jornalistas, de todos os jornalistas. Ou a assumpção da figura triste de quem dispensa a informação, de quem pode viver numa ilha de silêncio – mesmo sendo o primeiro-ministro e como tal aquele a quem a nação confiou os destinos do país, de todo o país sobre o qual se diz orgulhosamente desinformado.

Curioso será notar que os detractores da Comunicação Social, os que descem à praça pública para se assumirem como defensores da sua verdade ou do seu silêncio, são, de uma maneira geral, os testemunhos mais vivos do Poder da Comunicação Social. Quando, directamente ou através de assessores, namoram os favores dos jornalistas. Quando se insinuam como colaboradores periódicos ou esporádicos dos jornais, da rádio ou da televisão. Quando

(3) Jean-François Revel, obra citada

inscrevem no currículo o inconfessado orgulho do protagonismo jornalístico. Quando o Jornalismo é a única carreira que aceitam depois das mais altas magistraturas exercidas até então. Exemplos?

Em 1963, perguntaram a John Fitzgerald Kennedy o que gostaria ele de fazer depois de abandonar a Presidência dos Estados Unidos. Nessa altura ninguém duvidava que Kennedy obteria um segundo mandato e que chegaria ao fim desse segundo mandato com menos de 50 anos e com todas as suas faculdades intactas.

«Provavelmente, gostaria de dirigir um jornal», respondeu o presidente norte-americano.

Vejam os exemplos europeus, francês. Numa III República com incessantes crises ministeriais, dois homens estiveram sempre, de uma forma ou de outra, envolvidos na solução dessas mesmas crises. Eram esses homens irmãos e um deles, Albert Sarraut, foi várias vezes ministro. O outro, Maurice, limitou-se a dirigir, em Toulouse, o jornal diário radical «La Dépêche». Poucos, em França, terão dúvidas de que o mais influente foi sempre o jornalista. O mais influente e o mais conhecido. Porque a Comunicação Social é Poder e, segundo Jean-Louis Servan-Schreiber, um poder crescente perante a estagnação (porque não diminuição) dos outros poderes.

Diz Servan-Schreiber ⁽⁴⁾ que *«a Imprensa é, num país livre, o único poder cujo funcionamento não se encontra organizado pela Constituição. E continua hoje, mais do que os outros, a crescer. Por duas razões: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que formam o conjunto do Estado, intervêm cada vez mais na vida e na organização das sociedades industriais. Mas, por causa da complexidade crescente destas últimas, a divergência maior das forças sociais, a sua capacidade de modificarem uma situação diminui com frequência, enquanto aumenta a superfície do seu domínio de acção. A Imprensa, pelo contrário, vê o seu poder aumentar: na própria medida em que o dos factores políticos tradicionais se parcelariza, porque a informação continua a ser a única síntese»*.

A evolução do poder da Comunicação Social é um facto, naturalmente polémico, naturalmente preocupante, até. A intervir (interferir?) nos mais insuspeitados vectores da vida actual.

Se há mesmo quem afirme que os jornalistas serão os combatentes das guerras do futuro?!...

⁽⁴⁾ Jean-Louis Servan-Schreiber, «O Poder da Informação». Publicações Europa-América (Coleção Estudos e Documentos n.º 85)

3. GUERRA DO FUTURO FAZ-SE COM A INFORMAÇÃO

Seria imperdoável, a culminar um Curso de Auditores de Defesa Nacional e tendo (naturalmente) escolhido como tema de dissertação (reflexão) «Comunicação e Poder», passar sem uma paragem na entrevista que, em Março de 1994, Alvin Toffler concedeu a Sylvaine Pasquier, de «L'Express».

Não vou, naturalmente, reproduzir a entrevista ⁽⁵⁾, cuja leitura integral, de qualquer forma, aconselho vivamente. Menos pelas afirmações de Toffler em si mesmas e mais pela sua densidade, pelas portas que abrem à nossa imaginação, ao futuro. Mas penso que é importante a chamada de atenção para as mutações da sociedade, que não sabemos enfrentar ou que nos recusamos a fazê-lo, apesar dos alertas que Alvin e Heidi Toffler vêm gritando há mais de duas décadas. Algumas das suas obras («A Terceira Vaga», talvez a mais conhecida em Portugal, e «Os novos Poderes» e «O Choque do Futuro», entre outras) vêm soltando o aviso de que a civilização industrial se encontra agonizante e de que a herdeira será, inevitavelmente, a civilização do conhecimento, da técnica, da inteligência humana. Um conhecimento em que a informação é cimento e motor não apenas do desenvolvimento económico, mas da solução dos mais diversos problemas, inclusivamente os de natureza militar.

O mais recente livro de Alvin e Heidi Toffler, «Guerras e Contra-Guerras: sobreviver na alvorada do século XXI», é claro: mais do que vencer guerras, é necessário evitá-las. E as guerras só se vencem pela informação, pelo conhecimento que delas temos.

Reportando-me de novo à entrevista que Alvin Toffler concedeu a «L'Express», gostaria de reproduzir uma parte em que se refere à Guerra do Golfo, logo depois de falar com entusiasmo da doutrina do «AirLand Battle», do general Donn Starr, e depois de dissertar sobre as razões da surpreendente vitória israelita na Guerra de Yom Kippur. Disse Toffler:

«Uma das operações aéreas lançadas pelos aliados, colocou em cena armas inteligentes, providas de meios informáticos, detectores e radares. Os engenhos teleguiados, semelhantes aos satélites de escuta e de vigilância, desempenharam um papel determinante. Atribui-se, hoje, frequentemente, a

⁽⁵⁾ Entrevista concedida a Sylvaine Pasquier, de «L'Express», que o «Diário de Notícias» publica na edição de 14 de Abril de 1994 (Suplemento Cultura)

vitória às forças aéreas. Mas a guerra foi ganha pela informação, pelas tecnologias de informação, pelo conhecimento, pela inteligência humana e pela técnica. Não está longe o dia em que os exércitos possuirão mais computadores do que espingardas».

Outra perspectiva de Toffler, esta referente à guerra na ex-Jugoslávia:

«Temos provas fidedignas de que o conflito foi, em grande parte, fabricado pelas televisões sob o controlo de líderes regionais. Consequentemente, desde o início das tensões que poderíamos ter contrariado esses apelos à violência através dos mesmos meios: um emissor instalado na Grécia ou na ponte de um navio teria dado a palavra aos moderados que foram, em todo o lado, reduzidos ao silêncio. E depois... bem, para que servem os sistemas de interferência? Não seria difícil decretar o embargo à propaganda rancorosa. Não, os americanos e os europeus esperaram que houvesse pelo menos dois milhões de refugiados e qualquer coisa como 200 mil mortos e feridos para agir...»

Toffler expressa a sua confiança quase ilimitada na informação. Menos para ganhar guerras do que para ganhar a paz até porque *«a economia nascente da Terceira Vaga ignora fronteiras, forma vastas alianças transnacionais; uma espécie de arquipélago «hightech» constantemente em movimento. Nós entrámos num complexo sistema mundial de regiões, de sociedades, de religiões, de organizações não-governamentais e de movimentos políticos, todos rivais, defendendo interesses diferentes e mais ou menos interactivos. E, neste contexto altamente explosivo, a esperança que faz nascer a nova civilização não se poderia cumprir sem uma estratégia de paz».*

4. LIMITES PARA A INFORMAÇÃO?

Proclamar o poder da Comunicação Social, analisar-lhe as virtudes ou exaltar-lhe os defeitos não fará, sequer, uma abordagem ao verdadeiro problema existente que é o dos conflitos entre poderes. Conflitos reais e onde, tantas vezes, o **Interesse Nacional** é algo mais do que o espantinho indevidamente agitado com demasiada frequência.

Integrada numa comitiva do IPI (International Press Institut), percorri as principais cidades da República Federal da Alemanha, em 1978. Visitávamos

jornais e revistas, parques gráficos e estúdios de Rádio e de Televisão numa altura em que a Lei Marcial fora decretada no país. O controlo das fronteiras e o patrulhamento das ruas estavam entregues ao Exército, e recorde que um pequeno passeio, depois de jantar, no quarteirão do hotel, foi ainda mais curto pelo incómodo das sucessivas identificações a que era forçada pelas patrulhas militares.

Mas, o que se passava na Alemanha que justificasse tão rigorosas medidas de segurança? Apenas mais um de uma série de actos de terrorismo levados a cabo pela Fracção do Exército Vermelho do grupo de Extrema Esquerda cujo nome aterrorizava, por essa altura, a Europa Central: Bahder-Meinhoff. Só que esse golpe fora mais fundo: tinham raptado Hans Martin Schleir, o presidente da Confederação dos Empresários alemães.

Só que algo se passava que escapava à compreensão de toda a equipa do IPI de que eu fazia parte: como era possível, perante um acontecimento de tamanha projecção, num cenário de tão grande belicismo, que os jornais alemães, as rádios e as televisões omitissem, pura e simplesmente, todo e qualquer noticiário sobre o caso?

A verdade soubémo-la da boca do porta-voz do Governo Federal: perante o rapto e depois de uma reunião de emergência, o Governo decidiu convocar os directores de todos os órgãos de comunicação social e os representantes dos jornalistas. No encontro, todos foram colocados perante uma verdade que surgiu como irrefutável: os únicos dividendos que o grupo guerrilheiro pretendia obter da sua acção eram de natureza publicitária. Ora, o *lock-out* informativo frustraria os objectivos do grupo e poderia ser que, perante objectivos nulos, as acções também se reduzissem, por inúteis, progressivamente até ao zero.

Numa medida sem precedentes na própria Alemanha, a Comunicação Social deixou que o seu direito (e dever) de informar cedesse perante aquilo que foi considerado como alto interesse nacional. E as notícias, discretíssimas, só surgiram quando, vários dias mais tarde (já eu me encontrava em Portugal), o corpo de Hans Martin Schleir foi encontrado na mala de um automóvel. Fora assassinado pelos terroristas.

Não cabe no domínio desta reflexão uma outra, não menos profunda, decerto mais polémica, sobre se o *lock-out* informativo terá sido de alguma eficácia no caso Schleier propriamente dito – ou mesmo na diminuição dos actos terroristas na Europa Central. Ou se, bem pelo contrário, ela terá apressado (mesmo determinado) a morte do *patrão dos patrões* da Alemanha Federal. Não cabe essa reflexão neste trabalho, como não têm cabimento tantas outras envolvendo questões importantes como o tempo e o lugar. Por

exemplo se, na mesma Alemanha, hoje reunificada e com os problemas inerentes ao derrube do Muro de Berlim, era possível, «em nome da Nação», guardar esse silêncio informativo. Mais ainda: se, mesmo perante a unanimidade dos detentores do poder de informar na Alemanha, essa mordaza «em nome da Nação» teria qualquer eficácia mediante as armas poderosíssimas dos satélites de comunicações e das antenas parabólicas.

E não me atrevo, sequer, a perguntar, se a mesma postura da Comunicação Social era possível em Portugal – hoje como no tempo em que assassinaram Hans Martin Schleier ou Aldo Moro.

Reconhecendo embora que há assuntos «classificados» que não devem e não podem ser do domínio público (e o curso que acabamos de completar traça, claramente, as fronteiras da confidencialidade de Estado), questiono-me como cidadão e como jornalista se a solução do problema dos assuntos reservados consiste em ocultar a informação aos repórteres (e falo na informação a que eles mesmos tiveram acesso por qualquer forma e por qualquer fonte e que perseguem, investigando), ou se, pelo contrário, estará na rectificação (e complementaridade) de todas as incorrecções que essa informação contenha – ainda que, para de seguida, mostrar aos jornalistas a natureza confidencial dessa mesma informação.

5. O MAIS DEMOCRÁTICO DOS PODERES

Questionar-se-á sobre se os jornalistas estão preparados para lidar com material «classificado» e *educados* no respeito pelo *off the record*. Mais de 20 anos de jornalismo permitem-me garantir que os raros desvios que conheço a essa regra de ouro da Deontologia da minha profissão nem podem considerar-se como tal, na medida em que resultaram, ou de um mal-entendido, ou de um logro em que se pretendia fazer cair o jornalista.

Não raramente, mais pernicioso do que a divulgação da verdade, ainda que classificada, é a difusão da meia-verdade – tantas vezes tão destrutiva como a mentira inteira. A informação incompleta é, frequentemente, geradora de especulação. Quando não despoleta o pânico!

É consabido o apetite pelo fruto proibido. O quotidiano está cheio de exemplos de que a verdade total, despida de todos os mistérios e sem aguçar a imaginação não estimula desvios comportamentais. A porta escancarada não desperta a cobiça da frincha ou do buraco da fechadura. Daí que não seja de estranhar que nada desafie mais um repórter do que dizer-lhe que não pode ir-se mais além na divulgação de uma notícia...

O problema maior reside, habitualmente, na funcionalização da notícia que o mesmo vale por dizer na remissão do jornalista para uma cadeia hierárquica de polifonia e tantas vezes ridicularizante da instituição a que pertence. Funcionalismo público e instituição castrense fazem de cada informação, por mais simples que seja, um *dossier confidencial*. Em nome do regulamento. Em nome da disciplina. Por gosto ou por mediocridade.

Como jornalista que já o era nos difíceis dias de Censura Prévia e perante os conflitos constitucionais de direitos, liberdades e garantias, tenho a natural tendência para colocar-me sempre do lado da liberdade. E do direito à informação. E do direito de acesso às fontes. Com um respeito sagrado mas vigilante pelos direitos individuais, pelos direitos de personalidade onde se consagram as garantias da vida privada. Vigilante por formação e por obrigação. Com natural subordinação ao material classificado, mas sem deixar de pesquisar se essa classificação defende a Democracia ou interesses particulares.

Defendo o direito a uma informação livre, responsável e responsabilizada – reconhecendo, embora, que o conceito cada dia mais amplo de liberdade pode vir a tomar-se paradoxalmente limitativo.

Liberdade que é o grande suporte do Poder democrático que a Comunicação Social detém, e como tal temida por Lenine, que afirmava:

«A liberdade de Imprensa é a liberdade de que a burguesia se apóia para organizar politicamente os seus acólitos. Dar-lhes uma arma como a liberdade significaria facilitar o combate ao adversário, ajudar o inimigo. A liberdade de Imprensa representa, em todo o mundo capitalista, a liberdade de comprar, corromper e dividir a opinião pública em benefício da burguesia».

Por isso se entende o apetite de algumas forças políticas de imporem progressivos limites à liberdade de informar – que o mesmo representaria diminuir o Poder da Comunicação Social, reduzir a sua capacidade fiscalizada. Daí as afirmações e as atitudes minimizantes dirigidas aos jornalistas por detentores de outros poderes – mais frequentemente o político e o económico – um e outro muitas vezes sem conseguirem esconder intenções inconfessadas.

É inquestionável o Poder da Comunicação Social – um poder que eu diria o mais democrático, o mais representativo. Até porque diariamente sufragado no voto directo da compra do jornal ou do ligar a Rádio ou a Televisão.

Com desvios e marginalidades, naturalmente. Mas os controlos de tiragens e de audiências acabam por ser a letra de um acórdão inexorável e (quase) sempre justo.

Olga Vasconcelos

BIBLIOGRAFIA

- Neale Copple, «El Nuevo Concepto del Periodismo» – Ed. Pax, México.
- José Maria Desantes, «La Información como derecho» – Ed. Nacional, Madrid.
- Marcel Aymé, «Le Confort Intellectuel» – Flammarion, Paris.
- Alfred Sauvy, «La Opinión Pública» – Oikos-tau, Barcelona.
- Mikis Theodorakis, «Cultura e Dimensões Políticas» – Europa-América.
- Jean-François Revel, «O Conhecimento Inútil» – Europa América.
- Jean-Louis Servan-Schreiber, «O Poder da Informação» – Europa-América.
- Max Weber, «Économie et Société» – Plon, Paris.
- Edgar Morin, «Les Stars» – Ed. du Seuil, Paris.
- Cadernos de Jornalismo e Comunicação, Ed. Jornal do Brasil, S. Paulo.
- D. Krech e R.S. Crutchfield, «Théorie et Problèmes de Psychologie Sociale» – Presses Universitaires de France, Paris.
- Robert K. Merton, «The Sociology of Knowledge and Mass Communication» – The Free Press, Glencoe.
- Jean Stoetzel, «Fonctions de la Presse: a Coté de l'Information» – Études de Presse, Paris.
- Jean Cazeneuve, «Sociologie de la Radio-Télévision» – Que Sais-Je, Paris.
- Georges Verpraet, «Métiers et Visages de l'Information Moderne» – Ed. Nérét, Paris.
- George L. Bird, «The Press and Society, a Book of Readings» – Prentice-Hall, New York.
- U. van Volder «Soziologie der Zeitung» – Ferdinand Enke Verlag, Stuttgart.